



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**Estado de São Paulo**

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEME.**

Ao Expediente  
02/03/2020

PRESIDENTE

Câmara Municipal de Leme



Protocolo 254  
Processo 0

Data/Hora: 02/03/2020 13:08:26

WILLIAM CARLOS ZERO DA SILVA

**INDICAÇÃO Nº137 / 2020**

Indica ao Senhor Prefeito Municipais que remeta a esta Casa projeto de lei nos moldes do anteprojeto que segue em anexo.

Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal  
Leme, 02 / 03 / 2020

PRESIDENTE

O Vereador que esta subscreve,

**INDICA** ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, para que determine ao Setor Competente da Municipalidade que adote as medidas necessárias no sentido de proceder estudo e envio a esta Casa Projeto que Dispõe sobre a oferta de atendimento psicológico aos corpos discente e docente na rede municipal de ensino do Município de Leme.

Sala das Sessões "Professor Arlindo Fávaro", em 28 de fevereiro de 2020.

**ADEMIR ALBANO LOPES**  
Vereador

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 337/2016



# **CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**

## **Estado de São Paulo**

### **Anteprojeto de Lei**

**Dispõe sobre a oferta de atendimento psicológico aos corpos discente e docente na rede municipal de ensino do Município de Leme.**

**Artigo 1º** - As escolas públicas de ensino fundamental e médio estabelecidas em Leme, deverão dispor de assistência psicológica para os corpos discente e docente.

**§ 1º** - A assistência psicológica prevista no *caput* deverá ser realizada em articulação pelos sistemas de educação e saúde, que disciplinarão em regulamento as condições de implementação.

**§ 2º** - O profissional da área de psicologia realizará o atendimento aos alunos e professores, em caráter individual ou coletivo, na própria escola.

**Artigo 2º** - Os sistemas de ensino e saúde terão o prazo de 02 (dois) anos para implementar gradualmente o disposto nesta Lei.

**Artigo 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





## **CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**

### **Estado de São Paulo**

#### **JUSTIFICATIVA**

O artigo 205 da Constituição Federal determina, como objetivos do processo educacional, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Embora estejam previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para o atendimento a esses fins, profissionais de educação atuando na docência, administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, a escola se ressentir de um profissional que compreenda as relações interpessoais e os processos intrapessoais sob uma ótica diferenciada.

Para o corpo discente, a disponibilidade de atendimento psicológico pode favorecer uma melhor convivência com colegas e professores, reduzindo a ocorrência de casos de violência e agressão dentro da escola, minorando fragilidades emocionais e potencializando o desempenho escolar.

Do mesmo modo, um profissional devidamente habilitado pode ajudar os professores a lidar com as dificuldades de socialização de alguns jovens, além de lidar com suas próprias limitações e dúvidas sobre seu papel e desempenho no processo educacional.

A atuação do psicólogo pode, ainda, dar-se na própria elaboração do projeto pedagógico, para o qual seu olhar sobre o desenvolvimento do potencial humano pode trazer ganhos.

Por fim, é razoável destacar que o cenário de violência que as comunidades enfrentam cotidianamente, se reflete na escola, criando um ambiente desarmônico para o aprendizado.

Essa realidade é especialmente corriqueira nos centros urbanos, onde a desagregação das famílias, a desigualdade de renda e a falta de oportunidades mostram sua face mais cruel, razão pela qual se faz necessário o suporte psicológico nas escolas.